



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº TRF2-MRU-2021/00062

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2021.

Objetivo da reunião: 3ª Reunião do Comitê Orçamentário & Priorização 1º Grau
Horário e local: 14h - Videoconferência (Zoom)
Assunto: Criação de comitês, comissões e grupos de trabalho

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Theophilo Antonio Miguel Filho	DESEMBARGADOR FEDERAL	COR
Adriano Saldanha Gomes de Oliveira	JUIZ FEDERAL	28VF
Andrea Cunha Esmeraldo	JUIZ FEDERAL	07VFEF
Fernando Cesar Baptista de Mattos	JUIZ FEDERAL CONVOCADO	TRFRJ
Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos	JUIZ FEDERAL	29VF
Ronald Kruger Rodor	JUIZ FEDERAL CONVOCADO	TRFRJ
Paulo Cezar Braga Edmundo	Diretor-Geral	SG
Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro	DIRETOR DA SECRETARIA GERAL	SG



Assinado digitalmente por THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO.
Documento Nº: 3217709-2276 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3217709-2276>

Classif. documental

00.10.00.02



TRF2MRU202100062A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



Ana Saleti Miranda Teixeira	DIRETOR DE NÚCLEO	NAF
Martha Kinach Rodrigues Lima	TÉCNICO JUDICIÁRIO	TRFRJ
Luciene da Cunha Dau Miguel	DIRETOR DE SECRETARIA	SG
Marcos Cesar Schettini Soares	DIRETOR DE SECRETARIA	06VF-SJ
Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo	Diretor de Secretaria	SPO
Pedro Hikaru Oishi	Coordenador	CEGESC
Aline Ribeiro Silveira	Assessor	AESP/PRES
Carlos Eduardo da Costa Cruz	SUPERVISOR	SESOP-PE
Andre Luiz Rossi Ferraz	ANALISTA JUDICIÁRIO	CEGESC
Carla Lopes Moreira Nunes	Assistente V	CEGESC
Claudio Schueler Baroni	SUPERVISOR	08VFCR
Andrea Alves Inocencio	DIRETOR DE SUBSECRETARIA	SAJ
Sabrina Kueitte Santana Bittencourt	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CEGESC



Assinado digitalmente por THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO.
Documento Nº: 3217709-2276 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3217709-2276>



TRF2MRU202100062A

Matheus Henrique dos Santos da Escossia	TÉCNICO JUDICIÁRIO	CEGESC
Lídice Barros Oliveira Pereira	SUPERVISOR	01JEF-NI
Wilmar Brito Padrao	ASSISTENTE IV	CCJE
Sérgio Pereira de Oliveira e Souza	SUPERVISOR	SEPROG
SORAIA GARCIA MARCA T210732		

Pauta

1

. Pauta da Reunião

Esta reunião, que teve como objetivo analisar os resultados de Consulta Pública formulada para desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância dos tribunais brasileiros, nos termos da Resolução 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça, contemplou os seguintes itens:

- Apresentação da proposta de Consulta Pública.
- Apresentação dos Resultados da Consulta Pública.
- Considerações dos participantes.
- Encaminhamento dos resultados.
- Considerações finais.
- Próximas ações.

2

. Apresentação da proposta de Consulta Pública

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, cumprimentando os participantes, procedeu à abertura da reunião do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau e Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição da Justiça Federal da 2ª Região.

Esta reunião teve o objetivo de apreciar os resultados de consulta pública, realizada entre os dias 6 de julho e 5 de agosto de 2021, com a participação de magistrados, servidores e a sociedade, promovida nos três órgãos que compõem a Justiça Federal da 2ª Região. As perguntas desta



consulta pública foram formuladas com base nas linhas de atuação definidas no art. 2º da Resolução nº 194/2014 do CNJ.

Os resultados desta consulta pública foram anexados à presente memória de reunião, conforme arquivo "resultados consulta pública.pdf".

3

. Apresentação dos Resultados da Consulta Pública

O servidor Pedro Hikaru Oishi relatou que esta pesquisa objetivou coletar informações relevantes que trouxessem contribuições para o cumprimento da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Sua divulgação ocorreu na intranet e internet do TRF2, SJRJ e SJES e por meio de envio de e-mail para todos os magistrados e servidores da JF2, totalizando mais de 5 mil e-mails.

Neste contexto, o questionário foi respondido por 124 participantes.

A compilação das informações foi realizada de forma a contemplar 20 por cento das questões mais relevantes, o que propiciaria 80 por cento de alcance de resultados, de acordo com o Princípio de Pareto.

Foram apresentadas propostas de soluções em cada um das seguintes linhas de atuação, que fazem parte do escopo da Resolução nº 194/2014 do CNJ:

- Alinhamento ao Plano Estratégico.
- Equalização da força de trabalho.
- Adequação orçamentária.
- Infraestrutura e tecnologia.
- Governança colaborativa.
- Diálogo social e institucional.
- Prevenção e racionalização de litígios.
- Estudos e pesquisas.
- Formação continuada.

Tópico 1 - Alinhamento ao Plano Estratégico: 23 de 96 respondentes (23,95 %)

- Divulgação do Plano Estratégico - 4 respondentes
- Gestão participativa - 4 respondentes
- Prestação jurisdicional célere - 5 respondentes
- Integração estratégica dos órgãos da JF2 - 10 respondentes

Tópico 2 - Equalização da força de trabalho: 23,46 de 98 respondentes (20,40 %)



- Distribuição de servidores de forma proporcional ao número de processos - 4 respondentes

- Atualização da lotação padrão de servidores do primeiro grau - 5 respondentes

- Falta de equalização de servidores entre o primeiro e o segundo grau - 11 Respondentes

Tópico 3 - Adequação orçamentária: 21 de 97 respondentes (21,64 %)

- Ação orçamentária como desdobramento da Estratégia - 2 respondentes

- Modernização de equipamentos - 2 respondentes

- Priorização orçamentária para área judicial - 3 respondentes

- Suporte orçamentário ao teletrabalho - 3 respondentes

- Priorização orçamentária - 3 respondentes

- Trabalho remoto - 3 respondentes

- Eficiência orçamentária - 5 respondentes

Tópico 4 - Infraestrutura e tecnologia: 21 de 96 respondentes (21,87 %)

- Segurança da informação - 3 respondentes

- Equipamentos para trabalho remoto - 8 respondentes

- Atualização dos equipamentos e programas - 10 respondentes

Tópico 5 - Governança colaborativa: 21 de 90 respondentes (23,23 %)

- Falta de integração entre as áreas judicial e administrativa - 2 respondentes

- Gestão centralizada - 3 respondentes

- Gestão participativa de magistrados e servidores - 16 respondentes

Tópico 6 - Diálogo social e institucional: 28 de 91 respondentes (30,77 %)

- Divulgação do papel da JF2 - 6 respondentes

- Parcerias JF2 e atores da sociedade - 9 respondentes

- Diálogo social e institucional - 13 respondentes

Tópico 7 - Prevenção e racionalização de litígios: 18 de 86 respondentes (20,93 %)

- Divulgação da conciliação - 2 respondentes



- Padronização de procedimentos - 3 respondentes
- Conciliação e mediação - 5 respondentes
- Distribuição equitativa de processos judiciais no 1º grau - 8 respondentes

Tópico 8 - Estudos e pesquisas: 18 de 85 respondentes (21,17 %)

- Produtividade de juízos - 4 respondentes
- Visão da sociedade em relação aos resultados alcançados - 6 respondentes
- Participação da sociedade - 8 respondentes

Tópico 9 - Formação continuada: 18 de 89 respondentes (20,22 %)

- Instrumentos de disseminação do conhecimento - 3 respondentes
- Aprimoramento permanente de magistrados - 4 respondentes
- Ampliação dos cursos de capacitação - 5 respondentes
- Aprimoramento permanente de servidores - 6 respondentes

4

. Considerações dos participantes

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, enalteceu e parabenizou o excelente trabalho realizado, didaticamente exposto pela equipe do servidor Pedro Hikaru Oishi, no decorrer da realização da Consulta Pública sobre a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Ressaltou e lamentou o comparecimento de apenas 124 participantes, em um universo de mais de 5000 magistrados e servidores da JF2, comprometendo a representatividade da proposta a ser encaminhada.

No entanto, ressaltou que as propostas apresentadas apresentam linhas de condução que podem contribuir para atender aos requisitos da Resolução nº 194 do CNJ.

Em seguida, solicitou aos participantes da reunião que apresentassem suas considerações, quanto às propostas identificadas na consulta pública.

Tópico 1: Alinhamento ao Plano Estratégico: 23 de 96 respondentes (23,95 %)

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, lembrou que estamos em um processo de mutação social intensa, em decorrência da transição de uma sistemática de trabalho eminentemente presencial para virtual.

Pontuou que existe um anseio embrionário pelo teletrabalho e a pandemia impôs forçosamente essa experiência, mostrando-se exitosa no que diz respeito ao uso de tecnologia e viabilizando o teletrabalho, nas condições atuais.



Reforçou que, no momento de transição atual, não é possível a implementação de um modelo exclusivamente não presencial. Esta transição tem sido facilitada por plataformas de trabalho remoto como a ferramenta Zoom, utilizada para sustentar esta reunião.

Com relação ao uso de canais de comunicação, lembrou uma circunstância pontual com relação a proposta de unificação administrativa similar ao TRT, TJ e TRE. Destacou uma particularidade singular apresentada na Justiça Federal: a primeira instância é anterior ao TRF em todas as cinco regiões.

Relembrou que a Justiça Federal foi reimplantada pela Lei Nº 5010/1966 e que a implementação dos TRFs se deu em 1989.

Relembrou que, à época do Tribunal Federal de Recursos o CJF era o órgão responsável pela gestão orçamentária financeira com as seccionais, que apresentam CNPJ distintos em relação ao tribunal. Ponderou que para implementação de um sistema similar ao TJ e aos TRTs o Conselho da Justiça Federal teria maior legitimidade para propor debates quanto a esta questão.

Não houve considerações por parte dos magistrados e servidores presentes.

Tópico 2: Equalização da força de trabalho: 23 de 98 respondentes (20,40 %)

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, ressaltou que as "Alteração de competências e lotação de juízos para equalizar carga de trabalho, criar critério de lotação proporcional ao acervo, racionalização na distribuição dos servidores, redistribuição de servidores com treinamento especializado, citadas nas Proposta de Soluções", já são realizadas nas seções judiciárias.

Enalteceu o trabalho excepcional feito por ambas as Secretarias Gerais, tanto do Rio de Janeiro quanto do Espírito Santo, com uma distribuição equânime com base em critérios objetivos.

Abriu espaço para manifestações para se discutir este tópico.

Não houve considerações por parte dos magistrados e servidores presentes.

Tópico 3: Adequação Orçamentária: 21 de 97 respondentes (21,64 %)

A servidora Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo expôs que os termos da Resolução Nº 195 do CNJ foi contemplada neste Comitê, que unifica a questão orçamentária com a Atenção Prioritária ao Primeiro Grau. Esta questão já teria sido superada na Justiça Federal, visto que os orçamentos são distintos.

Ressaltou que as questões relevantes citadas na Adequação Orçamentária não são, na realidade, de orçamentos, evidenciando uma confusão do que em suma seria orçamento, pois ultrapassam o poder do ordenador de despesas do próprio TRF2.

Sobre a Modernização de Equipamentos, o Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, ressaltou que os investimentos em modernização dos equipamentos precisam evitar a subutilização por falta de treinamento. Valorizou os importantes esforços da administração na modernização dos equipamentos, mas frisou a imperiosa necessidade de investimentos em treinamento para utilização dos equipamentos adquiridos.

A respeito dos gastos orçamentários citados durante o trabalho remoto, o servidor Sérgio Pereira



mencionou sobre a acentuada redução nos gastos de consumo, como gasolina, água, luz, dentre outros, com exceção apenas aos gastos com telefonia que apresentou um aumento, pelo menos na Seção Judiciária do Espírito Santo, devido ao desvio dos ramais para os celulares dos servidores.

Indagou, em seguida, os servidores diretamente ligados à área orçamentária quanto a possibilidade de readequação da destinação de eventual sobra orçamentária para as novas tecnologias. Sugeriu adoção de uma estratégia de utilização para o destino desses recursos.

Em resposta a esta ponderação, a Senhora Diretora Geral da SJRJ, Luciene da Cunha Dau Miguel, informou que já existe uma adequação anual do orçamento, que um equilíbrio de contas vem sendo mensurado desde o início da pandemia, objetivando não haver sobra de recursos. Estão aumentando os investimentos, já prevendo que no futuro haverá redução de orçamento. Atualmente, estamos equilibrados, sem sobra orçamentária.

De forma complementar, a Diretora da SOF, Martha Kinach Rodrigues Lima, informou que o orçamento é todo codificado, impossibilitando compensações técnicas, como por exemplo compensar o gasto da energia elétrica do servidor em casa com a economia dos gastos com energia elétrica que se teve no tribunal. Também não é possível qualquer alteração na rubrica orçamentaria, sob pena de responsabilização do ordenador de despesa.

Tópico 4: Infraestrutura e Tecnologia: 21 de 96 respondentes (21,87 %)

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, parabenizou o Diretor-Geral do TRF2, Paulo Cezar Braga Edmundo, e a Diretora da SPO, Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo, que o antecedeu no cargo em questão, pois se esforçaram e demonstraram agilidade e eficiência na busca de soluções para que o tribunal se adequasse às exigências do trabalho remoto.

Pontuou que o retorno presencial tem sido um ponto de tensão e ambas Sessões Judiciais, assim como o Tribunal, têm realizado um trabalho fantástico para dirimir estas questões.

Ressaltou que não poderia deixar de consignar uma elogiosa alusão, também à AJUFERJES, na pessoa da Juíza Federal Dra. Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos, participante desta reunião.

Igualmente mencionou e enalteceu a Exma. Senhora Juíza Federal em Auxílio à Presidência, Andréa Cunha Esmeraldo, que tem participado e contribuído ativamente em reuniões com a Presidência, Corregedoria e os Sindicatos. Ressaltou que a não participação do Exmo. Senhor Diretor do Foro da SJRJ, Juiz Federal Osair Victor, se deu pelo fato de no exato momento desta reunião estar participando de outro importante compromisso com a Presidência.

Relembrou que as demandas sindicais representativas têm sido constantes e o trabalho das associações é fundamental para que se alcance a um denominador comum e saibamos o momento adequado do retorno ao trabalho presencial, dentro deste "novo normal".

Citou a real economicidade oriunda do sistema remoto, mas que trouxe consigo um incremento no número de reuniões e, conseqüentemente, uma sobrecarga de atividades remotas.

Reforçou a necessidade de atenção e participação de todos para que estejamos atentos à mudança comportamental no ambiente de trabalho neste momento.

O servidor Sergio Pereira alertou sobre a necessidade de investimentos na questão de segurança da informação e na proteção de dados pessoais, assuntos mencionados em curso de LGPD.



A Diretora da SPO, Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo, informou que, a partir de 2022, por determinação do CNJ, estará disponível um recurso específico de TI destinado à segurança da informação e que o CNJ quer monitorar os investimentos em segurança, isto é, todas as despesas alinhadas a esta temática serão objeto de monitoramento do CNJ.

Tópico 5: Governança Colaborativa: 21 de 90 respondentes (23,23 %)

Não houve considerações por parte dos magistrados e servidores presentes.

Tópico 6: Diálogo social e institucional: 28 de 91 respondentes (30,77 %)

Não houve considerações por parte dos magistrados e servidores presentes.

Tópico 7 - Prevenção e racionalização de litígios: 18 de 86 respondentes (20,93 %)

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, aproveitou a oportunidade para mencionar a existência do Centro de Inteligência existente na Justiça, que colabora ativamente na prevenção e racionalização de litígios.

Tópico 8 - Estudos e pesquisas: 18 de 85 respondentes (21,17 %)

Não houve considerações por parte dos magistrados e servidores presentes.

Tópico 9 - Formação continuada: 18 de 89 respondentes (20,22 %)

A Diretora da SPO, Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo, informou que no TRF2 os recursos orçamentários são compatíveis com as necessidades desta área. Complementou que o formato "ao vivo" de aulas remotas não vem recebendo ou registrando dificuldades, não vislumbrando dificuldades de alocação de recursos na áreas de capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas e da EMARF.

A Diretora-Geral da SJES, Luciene da Cunha Dau Miguel, informou que parte do que foi economizado com a pandemia foi direcionado para treinamento. Outrossim, informou que a Direção do Foro e a Secretaria Geral da SJRJ melhoraram a disponibilidade de cota orçamentária para treinamento em 2021, em relação ao ano anterior, e espera-se poder fazer o mesmo em 2022.

5

. Encaminhamento dos resultados

O Exmo. Senhor Diretor do Foro da SJES, Juiz Federal Fernando Mattos, sugeriu a apresentação de um plano de ação de priorização do 1º grau, com base nos resultados levantados na consulta pública, para apreciação e deliberação da Alta Administração do TRF2.

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, sugeriu o encaminhamento dos resultados da pesquisa ao Exmo. Senhor Presidente Desembargador Federal Messod Azulay e o desenvolvimento da versão preliminar de plano de ação, a ser apresentada a este comitê, em um prazo de 3 meses.

Esta sugestão foi acolhida por todos os magistrados, servidores e demais participantes presentes.

6

. Considerações finais



A Exma. Juíza Federal Dra. Sandra Meirim Chalu Barbosa de Campos, representante da AJUFERJES, entendeu que esta pesquisa foi qualitativamente significativa. Ratificou a relevância de elaboração de uma versão preliminar de plano de ação, proposta pelo Exmo. Senhor Diretor do Foro da SJES, Juiz Federal Fernando Mattos, para apreciação da Alta Administração. Aproveitando o ensejo, indagou quanto às tratativas em andamento sobre a regulamentação do teletrabalho e a previsão de retorno presencial no TRF2.

Em resposta a este questionamento, o Diretor-Geral do TRF2, Paulo Cezar Braga Edmundo, esclareceu que, no pós-pandemia, o Exmo. Presidente Desembargador Federal Messod Azulay Neto, poderá promover uma regulamentação interna, respeitadas as orientações do CNJ ou CJF. Reforçou que, enquanto a pandemia permanecer, o retorno presencial é limitado e não teria como regulamentar o teletrabalho, nestas condições. Informou, também, que o retorno presencial está sendo planejado criteriosamente, de acordo com a evolução da pandemia.

Inicialmente, queria-se restabelecer o atendimento presencial, que era uma demanda do jurisdicionado e da OAB. Foi feito o restabelecimento, deixando-se que as chefias organizassem o atendimento, desde que ele existisse. Poderá ser pensado um novo regime de teletrabalho pós-pandemia, a ser analisado em momento oportuno.

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, indagou a Senhora Diretora da Secretaria-Geral da SJRJ, Luciene da Cunha Dau Miguel, sobre a pesquisa encomendada na reunião anterior, quanto aos Critérios de Distribuição de Servidores e Equalização, os quais descreveu serem de grande relevância e fundamental para garantir a transparência no acesso a todos os magistrados e servidores.

Respondendo a esta indagação, a Senhora Diretora-Geral da SJRJ, Luciene da Cunha Dau Miguel, esclareceu que vem tratando deste assunto com a Comissão de Gestão de Pessoas e que o pesquisa será encaminhada para apreciação do Exmo. Juiz Federal Dr. Osair Victor, Diretor do Foro da SJRJ. Reforçou a importância de transparência nos critérios que são utilizados para equalizar a distribuição, objetivando evitar que sejam vistos como decisões aleatórias ou pessoais. Frisou que se faz necessário responder aos anseios e questionamentos sobre a quantidade servidores entre as unidades judiciárias. Finalizando, destacou a relevância de apresentar a Consulta Pública sobre a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição ao Exmo. Senhor Presidente do TRF2, Desembargador Federal Messod Azulay Neto. O Senhor Diretor-Geral do TRF2, Paulo Cezar Braga Edmundo, se ofereceu para realizar este encaminhamento.

O Exmo. Senhor Juiz Federal Adriano Saldanha Gomes de Oliveira observou que, no período de teletrabalho, durante as sessões de julgamento, alguns advogados fazem sustentação em deslocamento nas Turmas Recursais, considerando tais atitudes como graves. No espírito de valorização da primeira instância, e de forma a evitar a exposição dos juízes, sugeriu a proibição desse comportamento dos advogados, que estão se colocando em risco.

A servidora Ana Saleti Miranda Teixeira questionou se a economicidade advinda do teletrabalho ao longo do tempo poderia de ser utilizada como moeda para ampliar o quantitativo de servidores, já que o fator humano é imprescindível na prestação jurisdicional.

O Exmo. Senhor Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, relatou que acredita que o próximo passo da Gestão será impulsionado pelo *Business Intelligence* e pela inteligência artificial, como já vem ocorrendo na 1ª Região, onde já existe o atendimento por inteligência artificial. Quanto a questão da economicidade citada, não vê com otimismo por se tratarem de despesas orçamentárias distintas, que não são necessariamente intercambiáveis.



A Senhora Diretora da SPO, Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo, complementou a resposta, esclarecendo que não vislumbra essa possibilidade, pois o percentual de economia com teletrabalho comparado com a despesa obrigatória não é significativo. Sugeriu investir em otimização e modernização em processos de trabalho, sistemas informatizados e a inteligência artificial. Mesmo com contenção de despesas neste exercício e em 2022, as direções dos Foros enfrentarão dificuldades, com despesas obrigatórias restritas e cenário de alta de inflação.

Para que as despesas de manutenção da 1ª instância fossem mantidas, foi necessário o replanejamento das despesas obrigatórias.

A título de ilustração, neste cenário, o CJF foi consultado pelo CNJ para analisar a criação do quadro de TI, que é uma demanda antiga. O CJF informou que não teria condições de ampliar a despesa obrigatória, pelo fato de qualquer aumento de despesa de pessoal implicar em um aumento elevado, de forma geral.

Apresentadas as considerações finais, o Exmo. Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho encerrou a reunião saudando e agradecendo a participação de todos os presentes.

7

. Próximas ações

Ação	Responsável
Apresentação dos resultados da Consulta Pública à Presidência	Direção Geral do TRF2
Apresentação de Versão Preliminar de Plano de Ação	Direção do Foro da SJES

- assinado eletronicamente -

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
DESEMBARGADOR FEDERAL
CORREGEDORIA



Assinado digitalmente por THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO.
Documento Nº: 3217709-2276 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3217709-2276>



TRF2MRU202100062A